

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente nº 242RO-007-PB
Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercício findo em 31 de dezembro 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores e Independentes Ltda.

Av Jamel Cecilio, 2929 Ed Brookfield Towers, sala 2701 Torre B-Jardim Goiás, Goiânia(GO)

T +55 62 3215-8444

Aos Administradores e Cotistas da
Terminal Portuário Novo Remanso S.A.
Itacoatiara – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminal Portuário Novo Remanso S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Portuário Novo Remanso S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 11 de abril de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

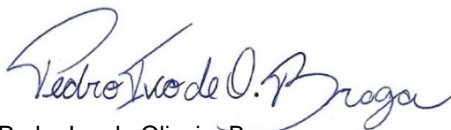
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001.661/F-9



Pedro Ivo de Oliveira Braga
Contador CRC 1DF 020.418/O-3

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.795	29.265
Impostos a recuperar	8	18.675	2.252
Estoque em trânsito	-	-	9
Outros ativos		505	1.678
Total do circulante		38.975	33.204
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	-	9	331
Impostos a recuperar	8	12.979	137
Ativos de direito de uso	9	19.837	17
Imobilizado	10	351.800	403.098
Intangível		273	86
Total do ativo não circulante		384.898	403.669
Total do ativo		423.873	436.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	5.471	-
Fornecedores	11	10.135	3.665
Obrigações sociais	-	1.001	856
Passivo de arrendamento a pagar	9	1.616	37
Obrigações tributárias	-	518	918
Mútuos com partes relacionadas	-	-	270
Outras contas a pagar	-	582	814
Total do passivo circulante		19.323	6.560
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	232.710	204.994
Passivo de arrendamento a pagar	9	18.960	-
Total do passivo não circulante		251.670	204.994
Total do passivo		270.993	211.554
Patrimônio líquido			
Capital social	15	176.972	246.159
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.529	-
Prejuízos acumulados	-	(26.621)	(20.840)
Total do patrimônio líquido		152.880	225.319
Total do passivo e patrimônio líquido		423.873	436.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Receita	Notas	2023	2022
Receita bruta de serviços	16	39.331	-
Custos sobre o serviço prestado	17	(37.497)	-
Receita operacional líquida		1.834	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.663)	(12.874)
Despesas comerciais	18	(1.855)	(1.354)
Despesas ambientais	18	(718)	(1.137)
Outras despesas operacionais		(28)	-
Total das despesas		(19.264)	(15.365)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(17.430)	(15.365)
Receitas financeiras	19	2.696	7.250
Despesas financeiras	19	(16.670)	(1.987)
Resultado financeiro		(13.974)	5.263
Prejuízo do exercício		(31.404)	(10.102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Prejuízo do exercício (31.404) (10.102)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>..... (31.404)</u>	<u>..... (10.102)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		135.158	35.000	(10.737)	159.421
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(35.000)	-	(35.000)
Integralização de capital		35.000	-	-	35.000
Aumento de capital		76.000	-	-	76.000
Prejuízo do exercício		-	-	(10.102)	(10.102)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		246.158	-	(20.839)	225.319
Redução de capital	15.a	(43.564)	-	-	(43.564)
Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	15.a	(25.622)	-	25.622	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.529	-	2.529
Prejuízo do exercício		-	-	(31.404)	(31.404)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>176.972</u>	<u>2.529</u>	<u>(26.621)</u>	<u>152.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Terminal Portuário Novo Remanso S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(31.404)	(10.102)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	17.606	76
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.199	-
Juros sobre arrendamentos	1.464	3
Provisão para riscos	-	-
Resultado na baixa de ativos imobilizado e propriedade para investimento	38	1.620
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Estoques	9	(9)
Tributos a recuperar	(420)	(1.715)
Outros ativos e despesas antecipadas	1.495	(1.131)
Fornecedores	6.470	(423)
Obrigações sociais	145	478
Obrigações tributárias	(400)	486
Outras obrigações	(231)	338
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	5.971	(10.379)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Adições do Imobilizado e Intangível	(37.009)	(174.480)
Movimento de mútuos	(270)	223
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(37.279)	(174.257)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos quitados, incluindo juros	(3.962)	(2.774)
Empréstimos captados	25.950	88.356
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.529	(35.000)
Aumento/redução de capital social	-	111.000
Pagamento de arrendamentos	(2.679)	(15)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	21.838	161.567
Redução líquida em caixa e equivalente de caixa	(9.470)	(23.069)
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.265	52.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.795	29.265
Redução líquida em caixa e equivalente de caixa	(9.470)	(23.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Terminal Portuário Novo Remanso S.A. (“Companhia” ou “TPNR S.A.”) é controlada pela TPNR Gestão Patrimonial e Participações Ltda. A Companhia foi constituída em 30 de junho de 2011 e tem por objetivo as atividades do operador portuário, carga e descarga, depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia, e gestão de terminal aquaviários.

A Companhia possui sede no Ramal Macaco Cego, 755, Bairro Rural, Comunidade Novo Remanso, Município de Itacoatiara, Estado Amazonas, CEP 69.112-970 e filial na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, 1973, Sala 03, Bairro Parque 10 de novembro.

A Companhia obteve autorização do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) para instalação do terminal portuário de carga e descarga em geral, localizado à margem esquerda do Rio Amazonas, Novo Remanso, Itacoatiara - AM em 27 de abril de 2017, com prazo de autorização de 03 anos. Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia protocolou requerimento de renovação da licença de instalação, sendo concedida por mais 3 anos, a contar da data de 16 de junho de 2020.

Inicialmente, a Companhia desenvolveu um projeto chamado Terminal Portuário Novo Remanso (TPNR) para construção de um complexo portuário composto por três portos de operação chamados de Terminal Granel de Sólidos Agrícolas (TGSA), Terminal de Cargas Gerais (TCG) e Terminal de Granéis Líquidos (TGL), construídos no município de Novo Remanso, para operações específicas em cada um dos portos.

Em 2022, a Companhia investiu na finalização do TGSA, um dos três portos do complexo portuário da TPNR. Como parte do planejamento os esforços foram alocados na finalização do complexo Terminal Graneis Sólidos Agrícolas TGSA, ficando o Terminal de Cargas Gerais (TCG) e Terminal de Granéis Líquidos (TGL) em segundo plano para uma próxima fase do processo de construção do projeto do complexo. Ao longo de 2022, todos os investimentos e esforços foram direcionados para o TGSA, que ficou pronto em fevereiro de 2023.

Em 2023, a Companhia entrou em operação na cidade de Novo Remanso, onde TGSA está operacional desde fevereiro de 2023. Os demais terminais ainda se encontram em fase de construção, ocorrendo uma cisão do patrimônio que estava totalmente constituído no capital do TGSA para os demais terminais, com a finalidade de segregar os saldos por terminal, sendo assim, com o objetivo de finalização de todos os terminais do grupo ao até o exercício de 2025.

a) Plano de continuidade operacional

Como parte da estratégia para garantir a continuidade operacional, a administração definiu as seguintes ações:

- Atração de novos investidores: a administração investiu na contratação de uma consultoria especializada na captação de novos acionistas;
- Os acionistas garantem, caso se necessário, o suporte financeiro, sempre que necessário, garantindo assim a continuidade das operações da Companhia; e
- Possui caixa suficiente e linhas de crédito/linhas de financiamento aprovadas, porém ainda não utilizadas para atender às necessidades de curto prazo, com fornecedores, credores e funcionários.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Legislação Societária e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo o custo histórico como base de valor.

4. Moeda funcional, moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a)** Nota Explicativa nº 10 – estimativa de vida útil de ativos imobilizado e intangível: A Companhia define a vida útil estimada dos ativos, baseando-se no tempo em que se espera utilizar o ativo, levando em consideração o uso esperado do ativo, desgaste esperado e obsolescência técnica ou comercial, dentro das características do ambiente de negócio em ela está inserida;

- b) Nota Explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- c) Nota Explicativa nº 9 - Prazo do arrendamento: a Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa; e
- d) Análise de recuperação dos ativos não monetários - anualmente avalia-se a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada.

6. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

b) Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

c) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, mútuos com partes relacionadas e outras contas a pagar.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

a VJR

Ativos financeiros Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

i) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

ii) Classificação e mensuração subsequente - continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - continuação

i) Desreconhecimento - continuação

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

ii) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo do imobilizado inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear às taxas percentuais médias mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

f) **Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros; e
- Despesas de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

j) Impostos sobre o faturamento

O ISS, Pis e COFINS do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 5%, 1,65% e 7,60% sobre o faturamento mensal, apurados mensalmente de acordo com o reconhecimento da receita realizada no período.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

ii) Como arrendador

A Companhia não registrou transações de arrendamentos como arrendador.

I) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente em bancos	99	112
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.695	29.153
Total	19.794	29.265

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, não compromissados livres para resgate e avaliadas ao valor de realização, as aplicações tiveram rentabilidade de 13,04% a.a. (13,30% a.a. em 2022).

8. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda retido na fonte (a)	2.509	1.764
PIS e COFINS pagos a maior (b)	2.217	-
PIS e COFINS a recuperar (c)	25.467	-
Outros tributos a recuperar	1.459	625
Total	31.652	2.389
Circulante	18.674	2.252
Não circulante	12.978	137
Total	31.652	2.389

- (a) Retenção de IRRF sobre aplicações financeiras ao longo do exercício de 2023;
- (b) Pagamento a maior de PIS e COFINS de março a agosto de 2023, somando o montante de principal R\$ 1.758 de COFINS e R\$ 379 de PIS, bem como efeito de atualização monetária de R\$ 80 até dezembro de 2023; e
- (c) Reconhecimento de créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado (Nota Explicativa nº 10).

9. Arrendamento

O TPNR S.A. mantém contratos de arrendamentos de terrenos e equipamento de vigilância patrimonial, cujos prazos variam de 60 a 300 meses. A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma de arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. As taxas aplicadas variam de 8,44% a 9,63% ao ano.

Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de amortização no resultado, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento.

	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2022	17	(37)
Adição de contratos	21.753	(21.753)
Juros sobre arrendamentos	-	(1.464)
Depreciação do direito de uso	(1.933)	-
Pagamento de arrendamento	-	2.679
Saldo em 31/12/2023	19.837	(20.575)
Circulante	-	(1.615)
Não circulante	19.837	(18.960)

10. Imobilizado

10.1. Movimentação imobilizado – 31/12/2023

	Taxa média de depreciação % a.a.	2022	Adições	Baixas	Reclassificação (PIS/COFINS a recuperar)	Cisão de capital (b)	Transferências	2023
Custo								
Terrenos		15.975	-	-	-	(15.975)	-	-
Edificações	4%	4	-	-	(4.731)	-	138.407	133.680
Instalações	10%	-	-	-	(17)	-	1.306	1.289
Máquinas e equipamentos	7%	-	-	-	(23.868)	-	248.925	225.057
Equipamentos de informática	16%	630	-	(35)	(228)	-	1.948	2.315
Móveis e utensílios	7%	132	-	(7)	-	-	808	933
Veículos	7%	230	-	-	-	-	-	230
Ferramentas	10%	-	-	-	-	-	224	224
Embarcações	10%	-	-	-	(1)	-	967	966
Imobilizado em andamento (a)/(b)		386.193	36.790	-	-	(27.589)	(392.585)	2.809
Total		403.164	36.790	(42)	(28.845)	(43.564)	-	367.503
Depreciação acumulada								
Equipamentos de informática		(43)	(449)	-	-	-	-	(492)
Ferramentas		-	(21)	-	-	-	-	(21)
Embarcações		-	(85)	-	-	-	-	(85)
Edifícios e construções		-	(5.066)	-	-	-	-	(5.066)
Instalações administrativas		-	(42)	-	-	-	-	(42)
Máquinas e equipamentos		-	(9.869)	-	-	-	-	(9.869)
Móveis e utensílios		(11)	(63)	4	-	-	-	(70)
Veículos		(12)	(46)	-	-	-	-	(58)
Total		(66)	(15.641)	4	-	-	-	(15.703)
Imobilizado Líquido		403.098	21.149	(38)	(28.845)	(43.564)	-	351.800

(a) Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8, foi reconhecido ao longo do exercício de 2023 o montante de R\$ 25.476 considerando adições de exercícios anteriores, bem como R\$ 3.369 considerando adições incorridas em 2023, referente a créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição de ativo imobilizado, os valores foram reconhecidos quando os ativos se tornaram operacionais.

(b) Destaca-se que durante o ano calendário de 2023 houve cisão do patrimônio constituído integralmente na Companhia, por sua vez destinado não somente ao terminal portuário de graneis sólidos agrícolas (TGSA) mas também aos demais terminais do complexo sendo eles: (i) Terminal de Graneis Líquidos (TGL), (ii) Terminal de Cargas Gerais (TCG), (iii) Chuelo Terminais (PVO) e (iv) Novo Remanso Imobiliária Ltda. Com este movimento, foi realizado a redução de capital, por meio dos ativos anteriormente mantidos em imobilizado em andamento no montante de R\$ 43.568 (Nota Explicativa nº 15).

10.2. Movimentação imobilizado – 31/12/2022

	Taxa média de depreciação % a.a.	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Custo						
Terrenos		13.190	18	(114)	2.881	15.975
Edificações	4%	4	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	7%	-	4.016	-	(4.016)	-
Equipamentos de informática	16%	65	1.747	(16)	(1.166)	630
Móveis e utensílios	7%	29	684	-	(581)	132
Veículos	7%	-	230	-	-	230
Imobilizado em andamento (a)		212.918	172.025	(1.632)	2.882	386.193
Total		226.206	178.720	(1.762)	-	403.164
Depreciação acumulada						
Equipamentos de informática		(24)	(35)	16	-	(43)
Móveis e utensílios		(8)	(6)	3	-	(11)
Veículos		(123)	(12)	123	-	(12)
Total		(155)	(53)	142	-	(66)
Imobilizado líquido		226.051	178.667	(1.620)	-	403.098

A Administração monitora os indicativos de que seus ativos imobilizados e ativos em andamento possam estar com seus valores contábeis em excesso ao seu valor recuperável. Assim, anualmente a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo ou grupo de ativos possa ter sofrido desvalorização. Na sua análise, a Administração considera os resultados operacionais e geração de caixa da Companhia, além de aspectos macroeconômicos, entre outros, e concluímos que não temos indícios de *impairment*.

11. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor de materiais e serviços (a)	7.282	3.665
Fornecedor de serviços de construções (b)	2.854	-
Total	10.136	3.665

- (a) Fornecedores de materiais e insumos para operação do TGSA, como combustível, material de EPI e peças e ferragens, com os principais novos serviços sendo referente a movimentação de carga e descarga do terminal em operação; e
- (b) Aquisições para realização de melhorias nas estruturas para a carga e a descarga dos terminais, principalmente em estrutura como as de ancoragem foram construídas ao longo de 2023, como um catamarã.

11.1. Operações de risco sacado

A Companhia disponibiliza aos seus fornecedores a opção de habilitar operações de risco sacado, onde em 31 de dezembro de 2023 há um montante de R\$ 275 referentes a títulos antecipados pelos fornecedores. Essa operação é contratada pelo fornecedor junto ao Banco Itaú, ficando a cargo do parceiro os juros acordados e o prazo de recebimento. Não há qualquer ônus nessa operação para a Companhia, a qual mantém o pagamento no prazo acordado e no mesmo valor que contratou o serviço.

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Composição de empréstimos e financiamentos

	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Ativo fixo	8,44% a 9,63% a.a.	238.181	204.994
Total		238.181	204.994
Curto prazo		5.471	-
Longo prazo		232.710	204.994
Total a pagar		238.181	204.994

12.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Juros pagos	31/12/2023
Banco da Amazônia	204.994	25.950	-	11.199	(3.962)	238.181
Total	204.994	25.950	-	11.199	(3.962)	238.181

	31/12/2021	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Juros pagos	31/12/2022
Banco da Amazônia	115.086	88.356	-	4.326	(2.774)	204.994
Total	115.086	88.356	-	4.326	(2.774)	204.994

12.3. Garantias

Em janeiro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi autorizada a contratação de financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), para a instalação do empreendimento de Infraestrutura e logística, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no montante total de R\$212.702, que deverão ser pagos em 258 meses, com prazo final em 15 de julho de 2042 e com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2024. O valor será liberado de acordo com o cronograma. Em 2021 o total recebido foi de R\$111.621, em 2022 o montante foi de R\$88.356 e em 2023 o montante foi de R\$12.725. Ainda em 2023, foi contratado um novo financiamento junto ao BASA com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no montante de R\$20.000, que deverão ser pagos em 96 meses com prazo final em 15 de maio de 2031 e com o primeiro vencimento em 15 de junho de 2024. Como parte do contrato, foi dado em garantia um terreno registrado no cartório do 1ª ofício de registro de imóveis de Itacoatiara-AM, medindo 1.279,5937 (mil duzentos e setenta e nove hectares cinquenta e nove ares e trinta e sete centiares) de propriedade da Emitente, conforme teor da certidão de inteiro teor da matrícula que fica fazendo parte desta cédula, avaliado para efeito de venda em público leilão em R\$10.190 ou aquele alcançado após revisão do mesmo, fica também obrigado a emissão de carta fiança nos valores proporcionais aos valores de cada liberação realizada em favor do banco.

12.4. Covenants

A Companhia não possui covenants financeiros relacionados ao financiamento contraído junto ao BASA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

12.5. Fluxo de vencimento dos empréstimos e financiamentos

	Datas das liberações	Cronograma de liberações
Exercício de 2022		
Primeira liberação	28/02/22	16.336
Segunda liberação	30/04/22	33.144
Terceira liberação	30/11/22	38.876
		88.356
Exercício de 2023		
Primeira liberação	20/01/23	12.725
Segunda liberação	08/08/23	20.000
Total		32.725
Cronograma de pagamentos		
2024		5.472
2025		13.136
2026		13.135
2027 em diante		206.438
Total		238.181

13. Partes relacionadas

Sociedades investidoras

Denominação	Atividades preponderantes
TPNR Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Sipasa Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Juma Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária

Demais entidades - ligadas

Denominação	Atividades preponderantes
Carboman - Gás Carbônico de Manaus Ltda.	Produção de gás carbônico
Shizen Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.
Murano Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.
Montana Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas e outras partes relacionadas.

	2022	
	Passivo	
	Circulante	Patrimônio líquido
	Conta corrente (b)	AFAC (a)
Murano Veículos Ltda.	250	-
BNB	21	-
Total	271	-

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações que envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços e prazos acordados entre as empresas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

O pessoal chave da administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos. O gasto total com remuneração em 2023 foi de R\$745 (R\$555 em 2022).

14. Provisão para perdas em processos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Riscos avaliados como perdas possíveis

Não existem contingências passivas envolvendo questões cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível em 2023 e 2022.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, capital social é de R\$176.972 (Em 2022 R\$246.159), representado por 558.163 ações ordinárias (558.163 ações ordinárias em 2022). Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas. A Companhia tem em sua composição societária: TPNR Gestão Patrimonial e Participações Ltda. 99,98%, Sipasa Gestão Patrimonial e Participações Ltda. 0,01% e Juma Gestão Patrimonial e Participações Ltda. 0,01% de participação.

Redução de capital

Em 01 de fevereiro de 2023 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 25.622, aprovada em assembleia geral extraordinária, referentes a amortização de prejuízos de anos anteriores acumulados, conforme ata nº 1318278.

Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital no valor de R\$ 43.564, a redução é devido à cisão dos terminais (i) Terminal de Graneis Líquidos (TGL), (ii) Terminal de Cargas Gerais (TCG), (iii) Chuelo Terminais (PVO) e (iv) Novo Remanso Imobiliária Ltda., conforme ata nº 1318278.

16. Receita operacional líquida

Faturamento	2023	2022
Receita de serviços prestados	45.245	-
Receita total	45.245	-
Impostos sobre faturamento		
ISS	(2.262)	-
PIS	(650)	-
COFINS	(2.999)	-
Total dos impostos	(5.911)	-
Receita líquida	39.334	-

Em 01 de março de 2023 começou a operação do Terminal Granel de Sólidos Agrícolas (TGSA), atendendo as demandas operacionais, gerando faturamentos devido a sazonalidade de março a setembro de 2023, os impostos sobre o faturamento são o ISS (alíquota em 5%), PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,60%).

17. Custos operacionais

Custos operacionais	2023	2022
Custo com pessoal (a)	(7.489)	-
Custo com serviços contratados (b)	(2.481)	-
Custo com manutenções	(1.137)	-
Custo com aluguel de equipamentos e embarcações (c)	(4.998)	-
Custo com energia	(2.396)	-
Custo com depreciação (d)	(17.219)	-
Custo com compra de combustível	(1.632)	-
Outros custos operacionais	(145)	-
Total dos custos operacionais	(37.497)	-

(a) Em 01 de março de 2023 começou a operação do Terminal Granel de Sólidos Agrícolas (TGSA), assim houve contratação de mão de obra direta ligada a operação, o custo com pessoal está composto pelas principais rubricas e seus valores, dessa forma, folha de pagamento com o montante de R\$ 3.669, encargos sociais no montante de R\$ 1.480, benefícios materiais e sociais no montante de R\$ 1.252, férias e décimo no montante de R\$ 716;

(b) Serviços que prestam apoio a operação logística de carga e descarga do terminal, apoio em melhorias de estrutura e logística para embarque e desembarque rodoviário e fluvial;

(c) Aluguel de equipamentos auxiliares nas operações de carga e descarga, como balsas, empurradores, caminhões e todos os equipamentos que são utilizados no processo operacional do TGSA; e

(d) Devido a entrada em operação do terminal e a finalização das construções estruturais, a depreciação começou a ser registrada a partir de março de 2023.

18. Despesas operacionais

Despesas operacionais	2023	2022
Despesas com serviços contratados	(5.900)	(4.275)
Despesas com pessoal	(4.576)	(4.305)
Despesas com manutenção	(2.821)	(1.128)
Despesas com seguros	(1.855)	(1.354)
Despesas gerais e administrativas	(1.848)	(3.905)
Despesas com aluguéis	(1.260)	(30)
Despesas ambientais	(718)	-
Despesas tributárias	(286)	(368)
Total	(19.264)	(15.365)

19. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.659	7.220
Outras receitas financeiras	9	30
Variação monetária	28	-
Total	2.696	7.250
Despesas financeiras		
IOF	(119)	(88)
Juros sobre empréstimos	(11.199)	-
Taxas bancárias	(3.674)	(545)
Variação monetária	(20)	(996)
PIS e COFINS	(125)	(337)
Outras despesas financeiras	(1.533)	(21)
Total	(16.670)	(1.987)
Total	(13.974)	5.263

20. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos e foram avaliados conforme o método de avaliação Nível 2, detalhado a seguir:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Arrendamentos

Os valores contábeis dos arrendamentos são registrados no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos mínimos brutos de PIS e COFINS, quando incidentes e sem a projeção de correções futuras do contrato, considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação, sendo está prevista em contrato ou permissível por decisão unilateral.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas conforme acordo entre as partes

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros não derivativos:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez;**
- **Risco de mercado; e**
- **Risco operacional.**

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito é determinada somente em escala nacional (“Br”) para caixa equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras, conforme segue

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa - Rating Nacional de AAA até A	19.794	29.265

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2023					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	10.136	9.683	434	-	-	-
Outras contas a pagar	578	108	470	-	-	-

Passivos financeiros	2022					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.665	3.520	145	-	-	-
Partes relacionadas	271	271	-	-	-	-
Outras contas a pagar	814	814	-	-	-	-

A Companhia garante que possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificados de depósito bancário e fundos de renda fixa. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, do indexador CDI.

Efeito no resultado					
31/12/2023	Cenário I Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹		
Itaú Corp Plus DI	9.230	1.181	1.476	1.771	
CDB BASA	10.466	1.365	1.706	2.047	
Impacto no resultado	19.696	2.546	3.182	3.818	
		Provável (**)	25%	50%	
CDI		13,04%	16,30%	19,56%	

Efeito no resultado					
31/12/2022	Cenário I Provável 2022 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹		
Itaú Corp Plus DI	16.956	2.314	2.893	3.472	
CDB BASA	12.197	1.665	2.081	2.498	
Impacto no resultado	29.153	3.979	4.974	5.970	
		Provável (**)	25%	50%	
CDI		13,65%	17,06%	20,48%	

(*) Cotações das estimativas apresentadas do indexador CDI da pesquisa B3; do indexador SELIC e IPCA da pesquisa BACEN.

Risco de mercado

As licenças para o tipo de mercado que a Companhia está inserida é fator de risco, uma vez que qualquer suspensão ou cancelamento de licença resulta na suspensão da operação, e assim não seria possível receber ou enviar qualquer tipo de mercadoria ou realizar qualquer operação de carga ou descarga nos terminais. Na fase de obras civis está sendo gerenciada de forma sistemática as 17 condicionantes da Licença Ambiental, assim como: Licença de Instalação da Funai (LI), alvará de obras, Certidão de Viabilidade Ambiental (CVA), Contrato de adesão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Nada Opor - Marinha Brasileira entre outros.

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a Administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Os riscos operacionais estão atrelados às licenças de funcionamento do terminal portuário que precisam estar válidas para o período de construção e durante a execução da operação. Como procedimentos por parte da administração para mitigar o risco operacional, vem seguindo os protocolos requeridos por parte dos reguladores em relação as condicionantes para manter e renovar as licenças ambientais.

21. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2023	2022
Reconhecimento de crédito de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado (conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10)	28.845	-
Reconhecimento de contratos de arrendamentos (direito de uso e passivos de arrendamentos)	21.753	-
Redução de capital – cessão de ativo imobilizado (conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10)	43.564	-

22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Com apólices vigentes de seguros temos a AIG Seguros Corporativos, com um limite máximo de Garantia da Apólice referentes a sinistros ambientais no valor de R\$134.817, a AIG Seguros também tem apólice referentes a sinistros da Operação Portuária no valor de R\$ 11.234 e a Chubb Seguros tem Garantia de Apólice referentes a seguro da operação portuária no valor de R\$ 1.477.

23. Eventos subsequentes

A Companhia está em processo de reorganização societária, onde está segregando por terminal portuário cada tipo de operação que será realizada no complexo portuário como um todo, com a devida identificação dos empreendimentos para alocação dos recursos e ativação de todos os investimentos, a reorganização societária, passa pela criação de novas pessoas jurídicas para a correta identificação, iniciada em 2023, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) deu autorização para o todo o processo seja finalizado, a expectativa da finalização da reorganização societária da Companhia é março de 2024.

* * *

Administração da Companhia

Akizo Oki
Diretor Geral

Maurício Kerbauy
Diretor

Ricardo Anselmo Martins Guimarães
Gerente Administrativo Financeiro

Luiz Roberto Dicono
Contador CRC 1SP266347/O-1